



Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria

EDITAL 68 / 2014

Maria Evangelina Matos Pereira, Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, torna público, que na Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro, realizada no dia 23 de setembro de 2014, a União da Assembleia das Freguesias de Caparica e Trafaria, aprovou a seguinte moção:

MOÇÃO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE E GRATUITA

Nos 40 Anos do 25 de Abril, assistimos à tentativa, por parte do Governo PSD/CDS-PP, e a conivência do Presidente da República, de impor a destruição dos valores emancipadores e progressistas da revolução que pôs fim a 48 anos de Fascismo.

Uma das principais vítimas deste ataque tem sido a escola pública, gratuita e de qualidade e a garantia de acesso à Educação para todos, direito consagrado na Constituição da República Portuguesa.

A escola pública de qualidade e gratuita é o modelo mais avançado e moderno, mais justo, mais livre e fraterno de organização do sistema educativo. É um factor necessário e imprescindível do desenvolvimento político, económico, social e cultural, e é um pilar da democracia e da nossa soberania.

Incumbe ao Estado, no respeito pelos direitos constitucionais, garantir a todos os portugueses, segundo as suas capacidades, o acesso a graus mais elevados de ensino, da investigação científica e da criação artística, estabelecendo progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino.

No entanto, o que assistimos agora, no arranque para mais um ano lectivo é o desrespeito pelo disposto na Constituição e a progressiva destruição da escola pública através de:

- Sucessivos cortes orçamentais, com impacto significativo na degradação da qualidade pedagógica;
Da desvalorização curricular e fragilização da formação cultural integral do individuo;
- Da desvalorização sócio-laboral da profissão docente e no recurso ilegal à precariedade na contratação de professores, funcionários e técnicos;
- Da responsabilização das autarquias pela gestão do parque escolar, o que cria situações de desigualdade objectiva;
- Do crescente favorecimento da educação privada e do “negócio” da educação.

O objectivo é claro. Promover a elitização do ensino, garantindo o acesso ao ensino de qualidade a quem o puder pagar. Às elites será proporcionado o melhor e à grande maioria será apenas proporcionado o essencial. Daí a aposta firme deste Governo na via profissional Dual, procurando condicionar o acesso dos estudantes mais desprotegidos aos mais altos graus de escolaridade.

Por outro lado, e complementarmente, o Governo ataca o ensino superior, cortando criminosamente no seu orçamento, colocando em causa a sua sustentabilidade, forçando a gestão economicista do ensino superior contribuindo, conjuntamente com o agravamento das condições económicas da generalidade das famílias, para o abandono dos estudos superiores por milhares de jovens estudantes, como se verifica, nos polos universitários aqui, na Caparica.

O ano lectivo de 2014/2015 arranca com graves problemas em todo o país, com milhares de professores por colocar; milhares de trabalhadores não docentes em falta; escolas de acolhimento sem condições para albergarem os alunos transferidos das escolas que encerram; autarquias sem meios para garantirem os transportes escolares e a alimentação das crianças.

As populações da Caparica e da Trafaria sentem, também elas, os efeitos desastrosos destas políticas de ataque aos seus direitos.

Sentem, no encerramento da Escola Básica de Pêra, apenas mais uma escola entre as cerca de 6500 escolas do ensino básico do 1º Ciclo que encerraram desde 2002, vitimas de sucessivos Governos que, desrespeitando as vontades das populações, condicionam a vida de milhares de crianças e suas famílias (e também docentes e funcionários), para cumprimento de objectivos economicistas de poupança cega num sector estratégico nacional, sobrecarregando as autarquias com os custos acrescidos de transporte.

Quando se adia a resolução do problema do amianto nos tectos na escola Básica 2+3 da Trafaria, passados que estão 3 anos da publicação da lei que impõe a sua remoção, numa clara atitude negligente.

Sentem, quando, na Caparica, se obrigam os alunos a terem aulas em contentores, sem as mínimas condições, promovendo a degradação das condições de estudo e de trabalho para docentes e pessoal não docente, tornando permanente o que é suposto ser temporário, desbaratando dinheiro nos alugueres dos referidos contentores (mais de 4 milhões de euros) enquanto se adia a conclusão das obras necessárias à requalificação da escola;

Sentem ainda trabalhadores docentes e não docentes, com os sucessivos cortes no seu número com a inerente sobrecarga dos que restam; com a promoção da contratação de funcionários não-

docentes através de Planos Ocupacionais (POC's), e de trabalho à hora, num agravar da exploração laboral sem o mínimo de direitos e garantias de estabilidade profissional.

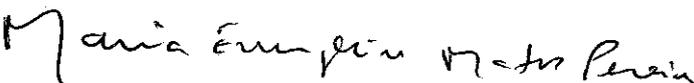
Assim, considerando que a defesa da escola pública de qualidade e gratuita é a defesa dos valores de Abril e da sua constituição, a Assembleia da União das Freguesias da Caparica e Trafaria, reunida em sessão ordinária no dia vinte e três de Setembro de dois mil e catorze, decide:

1. Repudiar os cortes orçamentais promovidos pelo Governo na área da educação;
2. Condenar as políticas de ataque aos direitos dos trabalhadores da área da educação, docentes e não-docentes, que privilegiam a promoção da precariedade e da exploração do trabalho sem direitos;
3. Exigir do Ministério da tutela, a conclusão das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica e da remoção do amianto da Escola Básica 2+3, na Trafaria, em respeito pelas condições de saúde, higiene, segurança e bem-estar para estudantes e trabalhadores nestes estabelecimentos de ensino;

Para conhecimento geral se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

Caparica, 03 de setembro de 2014

A Presidente


(Maria Evangelina Matos Pereira)